

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR CEL MILTON FREIRE DE ANDRADE  
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS**

**DENIS DE AZEVEDO QUIRINO  
TIAGO AUGUSTO DE CASTRO FERNANDES PEREIRA**

**POLÍCIA COMUNITÁRIA NO RN**  
Análise do Policiamento Comunitário no Bairro Neópolis

**NATAL-RN  
2010**

**DENIS DE AZEVEDO QUIRINO**  
**TIAGO AUGUSTO DE CASTRO FERNANDES PEREIRA**

**POLÍCIA COMUNITÁRIA NO RN**  
Análise do Policiamento Comunitário no Bairro Neópolis

Artigo Científico apresentado à  
Academia Cel Milton Freire de Andrade,  
como requisito para obtenção do Curso  
de Formação de Oficiais.

**Orientador: 2º Ten QOPM Moab  
Batista de Lucena**

**NATAL-RN**  
**2010**

# **POLÍCIA COMUNITÁRIA NO RN**

Análise do Policiamento Comunitário no Bairro Neópolis

**DENIS DE AZEVEDO QUIRINO**  
**TIAGO AUGUSTO DE CASTRO FERNANDES PEREIRA<sup>1</sup>**

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo analisar a implantação e desenvolvimento da Polícia Comunitária no Estado do Rio Grande do Norte. Para isso, foi feito um estudo sobre a implantação do Policiamento Comunitário em Natal, através da formação dos policiais e da criação do Batalhão Comunitário. Além disso, foi feita uma análise sobre o desenvolvimento do programa no bairro de Neópolis, onde o policiamento comunitário tem sido realizado desde 2002. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, além de entrevistas e aplicação de questionários entre a população do bairro analisado e os policiais diretamente envolvidos no processo de policiamento comunitário. O artigo pretende fazer uma análise breve, porém, esclarecedora, apontando os principais problemas enfrentados pelos agentes do processo e as possíveis alternativas para uma melhor aplicação da doutrina de Polícia Comunitária no Estado.

**Palavras-chave:** Polícia Comunitária. Neópolis. Doutrina.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the implantation and development of Community Police in the State of Rio Grande do Norte. For this, a survey was done on the deployment of Community Policing in Natal, through the training of police and the creation of Battalion Community. In addition, analysis was made on the development of the program in the district of Neópolis, where the community policing has been carried out since 2002. The methodology used was the bibliographical research, and interviews and questionnaires between the population of district analyzed and the police directly involved in the process of community policing. The article aims to analyze brief, however, informative, pointing out the main problems faced by agents of the process and the possible alternatives for a better application of the doctrine of Community Police in the State.

**Key-words:** Community Police. Neópolis. Doctrine.

## **1. INTRODUÇÃO**

A polícia atual tem evoluído muito em relação ao modo como se fazia segurança pública antigamente. E a tecnologia é um dos principais motivos para esse crescente desenvolvimento. Os policiais de hoje contam com vários equipamentos que propiciam um policiamento mais eficaz e humano, priorizando a defesa da vida e da integridade física.

---

<sup>1</sup> Alunos do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte.

Como exemplo, o uso de agentes químicos e armas menos que letais tem dado à polícia a oportunidade de garantir a segurança sem ferir a dignidade da pessoa humana.

Todo esse aparato tecnológico e desenvolvimento, porém, não tem sido eficaz o bastante para reduzir a criminalidade a ponto de garantir um status de sensação de segurança pela comunidade. O que se tem visto, na verdade, é o fortalecimento das organizações criminosas, que se ramificam cada vez mais, introduzindo o crime em vários segmentos da sociedade. É comum ver nos noticiários o aparecimento de manchetes relacionadas a grupos de extermínio, pistolagem, redes de tráfico de drogas e armas, o surgimento de milícias e quadrilhas de desmanches de carro, por exemplo.

O que fazer, então, para trazer paz à comunidade? A nova forma encontrada pelas instituições de segurança pública é fazer com que essa comunidade passe a partilhar, também, da responsabilidade de contribuir para a ordem e a tranquilidade social. Isso já está explicitado no art. 144 de nossa Carta Magna, em que reza que “a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”. Desse modo, cada cidadão é parte integrante na construção de uma sociedade mais pacífica. O policial e a comunidade devem trabalhar de maneira integrada e proativa. Isso é Polícia Comunitária.

## **2. A REALIDADE DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

A Polícia Comunitária foi implementada no Estado do Rio Grande do Norte com a criação do 9º Batalhão de Polícia Militar, no ano 2000. Esse batalhão foi criado com um efetivo de mais de 500 policiais militares oriundos do Curso de Formação de Soldados daquele ano. A princípio, seu efetivo utilizava, prioritariamente, o processo a pé de policiamento nos pontos comerciais da cidade.

Com a chegada de viaturas e motocicletas foi implantada a doutrina de Polícia Comunitária pelo batalhão, através do patrulhamento comunitário, como reforço ao policiamento do 1º, 4º, 5º Batalhões e do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE). Até então, o 9º BPM era o único responsável pelo policiamento comunitário na capital, contando com 22 núcleos e com cinco bases comunitárias, nos bairros de Potilândia, Planalto, Santa Catarina e Felipe Camarão (com duas bases).

Alguns problemas, porém, se apresentaram e relegaram o programa de policiamento comunitário utilizado pelo governo ao fracasso, entre eles cita SILVA (2005, p. 50.):

2. a falta de um estudo técnico para elaboração de um plano sistêmico para a segurança pública enseja uma outra questão: por não haver tido o devido planejamento e preparação na estrutura organizacional da Polícia Militar, não houve aceitação dessa iniciativa, ficando a política de governo relegada a criação de um batalhão de polícia comunitária (o 9º BPM), e portanto, não havendo a difusão dos princípios doutrinários do policiamento comunitário(...)

Ele reforça a falta de planejamento e estruturação do 9º Batalhão para realizar o policiamento comunitário. Além disso, os policiais não foram devidamente capacitados para o trabalho a que se propunham. Só em 2002 é que foi realizado um curso de especialização em Polícia Comunitária, através de uma parceria entre o Governo do Estado e o a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Foram qualificados ao todo quarenta profissionais de vários setores da segurança pública e da sociedade. Destes, porém, poucos atuariam na área.

Outro problema foi a ênfase dada ao patrulhamento motorizado em detrimento ao policiamento a pé, o que causou um retorno ao modo tradicional de se policiar. A Polícia Militar voltou ao status puramente repressor, deixando prejudicado o caráter preventivo tão valorizado pela doutrina de Polícia Comunitária, como veremos em tópico adiante. O Batalhão passou a integrar apenas a zona oeste da capital potiguar e outros batalhões passaram a assumir o policiamento comunitário em seus bairros.

Hoje, Natal já conta com 24 bases comunitárias de segurança e, com o apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vários cursos têm sido ministrados, seja por meio de educação à distância, seja através de fóruns, palestras e cursos preparatórios, bem como com a inserção da disciplina Polícia Comunitária nos cursos de formação das instituições de segurança. Com um número maior de pessoas capacitadas é de se esperar que a Polícia Comunitária ganhe cada vez mais espaço nas instituições de segurança pública e na própria sociedade.

Em julho deste ano foi realizado o primeiro fórum, de uma série de cinco, sobre Polícia Comunitária da Região Metropolitana de Natal. Tal evento contou com a participação de mais de 200 pessoas, entre policiais militares e civis e lideranças comunitárias de Natal,

marcando o início de um programa realizado pelo Governo do Estado e o Ministério da Justiça para promover a reestruturação desse modelo de policiamento no Estado.

Ao todo serão investidos mais de 3 milhões de reais na aquisição de viaturas e equipamentos, na reforma das instalações e criação de novas bases comunitárias de segurança. Cada base contará com viaturas e motocicletas para fortalecer o policiamento no bairro. Segundo o site do Governo do Estado, o Ministério da Justiça, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2), já autorizou a criação de mais 30 bases no Rio Grande do Norte, sendo 15 em Natal, 05 na cidade de Mossoró, 06 em São Gonçalo do Amarante e 04 em Parnamirim.

## 2.1 A DOCTRINA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

*É interessante notar que quando perguntamos às pessoas qual é a polícia que gostariam de ter, a maioria cita características próprias do policiamento comunitário, mesmo sem nomeá-lo como tal.*

*(Manual de Policiamento Comunitário – NEV/USP)*

A Polícia Comunitária não é um modelo novo de se fazer segurança pública, tendo surgido a mais de 100 anos no Japão. Mas foi em meados do século XX que ela voltou à tona, nos EUA, como uma forma política de responder às pressões e anseios da população por mais tranquilidade. No Brasil esse redirecionamento surgiu há cerca de 25 anos, em São Paulo, com a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG), irradiando, a partir daí, para os demais estados brasileiros, tornando-se, hoje, pauta constante no cenário da segurança pública nacional.

A doutrina de Polícia Comunitária está direcionada basicamente para a participação mais ativa da comunidade na construção da expressão do policiamento, com o propósito de enfrentar os problemas sociais relacionados à criminalidade. Conseguir materializar essa participação tem sido, no entanto, um grande problema para a polícia e para a comunidade, pois existe nos dois lados uma sensação de desconfiança que atravanca todo o processo. Tal participação demanda tempo e DEMO (1993, p. 19) explica bem esse processo afirmando que:

*Se partimos da ideia de que o espaço de participação precisa ser conquistado, centímetro por centímetro, o que ocorre muitas vezes é que não podemos andar a metro, mesmo porque todos os processos participativos profundos tendem a ser lentos.*

Por isso, precisamos de paciência para implantar efetivamente a Polícia Comunitária, quanto mais em nosso país, que saiu, recentemente, de um período em que a polícia desempenhou papel de destaque, negativamente, em sua atuação repressora durante a ditadura militar. A participação comunitária é, pois, uma das principais características desse processo de policiamento.

Polícia Comunitária abrange ainda, segundo BONDARUK e SOUZA (2004, p.48), todas as atividades voltadas para a solução dos problemas que afetam a segurança de uma determinada comunidade, que devam ser praticadas por órgãos governamentais ou não. Com isso, eles incluem, também, a sociedade como participante ativa no processo de segurança. É papel do policial comunitário fazer a interligação entre todos os participantes do programa que atuarão na solução dos problemas da comunidade.

O Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (2009, p. 15) aponta quatro principais características do Policiamento Comunitário. São elas 1) Relação de confiança; segundo a qual o policiamento comunitário só é possível onde há uma relação de proximidade e confiança recíproca entre polícia e população, permitindo a realização de um trabalho conjunto, em que ambos compartilham tarefas e responsabilidades; 2) Descentralização da atividade policial; representando a autonomia que deve ter o policial comunitário na tomada de decisões das atividades de segurança local; 3) Ênfase nos serviços não emergenciais; que é o caráter predominantemente preventivo das ações de Polícia Comunitária; 4) Ação integrada entre diferentes órgãos e atores; cuja coordenação do programa deve ser realizada entre diversas instituições, no intuito de sanar os problemas da comunidade. É preciso lembrar que, mesmo envolvendo outras organizações, as atividades da Polícia Comunitária devem estar sempre voltadas para o problema da criminalidade.

Um grande desafio para implantação desse sistema é a convivência dos dois tipos de policiamento: o tradicional e o comunitário. O primeiro, prioritariamente, repressivo, enquanto que o segundo busca a prevenção do crime.

Esses dois tipos de policiamento, apesar de diferentes, devem conviver normalmente na instituição policial, cada um reforçando e auxiliando as atividades do outro. A Polícia Comunitária não pode ser vista como uma modalidade isolada dentro da instituição, mas sim como parte da estratégia organizacional, por isso no modelo de policiamento comunitário as bases de segurança devem contar com o apoio da polícia motorizada para dar suporte às ações repressivas. O que se vê, no entanto, é que os costumes tradicionais de polícia acabam criando uma barreira psicológica no policial que o fazem rejeitar o modelo de policiamento comunitário. Por esse motivo, devemos nos preocupar com a importância da

persistência na formação, qualificação e capacitação constante dos policiais para o trabalho de Polícia Comunitária.

Na implantação da Polícia Comunitária em uma localidade é preciso, também, estabelecer metas, vislumbrar prioridades e seguir etapas que facilitem a visualização de todo o contexto em que o bairro está inserido. Para isso a polícia deve primeiro escolher e conhecer a comunidade, pesquisando o grau de satisfação da mesma em relação à segurança pública; deve, também, contatar e orientar as lideranças locais; desenvolver manuais de segurança comunitária e auto proteção, para serem distribuídos na comunidade; e organizar conselhos e comissões com os moradores.

Para que tudo isso ocorra é preciso planejar e preparar as tarefas, com a confecção de um cronograma de atividades; desenvolver a seleção e o treinamento dos policiais envolvidos, priorizando a escolha dos que têm habilidade e disposição para o trabalho; reunir-se com os representantes e lideranças comunitárias; iniciar operações de impacto, que consistem na implementação física das bases de policiamento; organizar o Conselho Comunitário de Segurança; e, por fim, avaliar o desempenho do processo, tendo sempre em vista a ampliação do sistema.

## 2.2 CONTEXTUALIZANDO OS LOCOS DE PESQUISA

O bairro de Neópolis foi escolhido para a realização da pesquisa por ter sido um dos primeiros bairros de Natal a receber o programa de policiamento comunitário. A Polícia Militar realizou, por ocasião da implementação, um curso de Polícia Comunitária com policiais e moradores do bairro.

Para conhecer a opinião daqueles que se encontram na linha de frente da execução do policiamento, bem como a evolução e atualidade do modelo comunitário de se policiar em Neópolis, foi realizada a aplicação de questionário aos policiais que trabalham na base comunitária e no patrulhamento comunitário.

Em nível de comunidade, devido à grande extensão do bairro, reduzimos a área de pesquisa para as residências e estabelecimentos comerciais que se localizam nas proximidades do posto policial do bairro, instalado na praça central de Neópolis, tendo em vista a maior visibilidade que a polícia e o serviço desenvolvido por ela diariamente têm por parte das pessoas que vivem ou trabalham no entorno da base comunitária.



Fez-se necessária também a realização de entrevistas com a Presidente do Conselho Comunitário de Neópolis, Sr<sup>a</sup> Crinelza Siqueira, e com o Comandante da 1<sup>a</sup> Cia, do 5<sup>o</sup> BPM, Cap PM Tibério Trigueiro Félix da Silva, uma vez que eles estão à frente das atividades desenvolvidas pela população e pela polícia, respectivamente, e por serem conhecedores dos problemas enfrentados por ambas as partes, bem como das atividades desenvolvidas por elas em relação à segurança.

### **3. A INFLUÊNCIA DA POLÍCIA COMUNITÁRIA NO BAIRRO DE NEÓPOLIS**

#### **3.2 CARACTERÍSTICAS DO BAIRRO DE NEÓPOLIS**

Fundado na década de 70, o bairro de Neópolis recebeu esse nome devido a sua localização na época. Distanto 12 km do centro da capital do Estado, Natal, acreditava-se que estaria nascendo uma nova cidade, surgindo daí o nome do bairro: Neo (novo) Polis (cidade). O bairro teve seus limites definidos no ano de 1994 com a publicação da Lei N<sup>o</sup> 4.328, de abril de 1993, fazendo fronteira ao norte com o bairro Capim Macio, ao sul com o município Parnamirim, ao leste com os bairros Capim Macio e Ponta Negra e, finalmente, ao oeste com os bairros Pitimbu e Candelária.

Com uma área de 408,47ha, o bairro Neópolis conta com uma população de, aproximadamente, 23 mil habitantes (dados de 2007), com 6.481 domicílios particulares e uma densidade demográfica de 56,97 hab/Km<sup>2</sup>.

O bairro tem hoje uma importante área comercial composta por padarias, farmácias, salões de beleza, lanchonetes e bares. Há, também, escolas públicas e particulares e uma universidade, além de templos religiosos. Neópolis tem, porém, sua área, predominantemente, composta por residências e condomínios habitacionais. Com uma população de poder aquisitivo considerável, Neópolis é um bairro de classe média da capital potiguar, cujo valor das residências varia entre 100 mil e 300 mil reais.

Com relação à segurança, o crime mais praticado nas ruas do bairro Neópolis é o roubo. Dificilmente se registram ocorrências de grande vulto como homicídios, sequestros e estupro, embora elas sejam uma realidade presente em todos os bairros de Natal.

### 3.2 CARACTERÍSTICAS DO POLICIAMENTO NO BAIRRO

O policiamento realizado no bairro Neópolis conta com uma viatura, que comporta uma guarnição composta por dois policiais militares, concorrendo a um turno de doze horas de serviço, realizando o patrulhamento motorizado no bairro. Além dos policiais na viatura há, também, uma dupla de PMs que tira serviço na base comunitária de Neópolis, concorrendo a uma escala de 24 horas de serviço por 48 horas de folga. Sendo assim, temos um total de 8 (oito) policiais que tiram serviço na viatura, divididos em quatro pelotões e 6 (seis) policiais que trabalham no posto policial, totalizando assim um efetivo de catorze policiais trabalhando em Neópolis.

Através de um convênio com o Governo Federal foi recebido pelo 5º BPM, através do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), materiais destinados a unidades que trabalham com policiamento comunitário. Esses utensílios (computadores, notebooks, máquinas fotográficas, pen-drives, armários, mesas e cadeiras), serão de uso dos policiais no serviço diário nas bases comunitárias. A finalidade da distribuição desses instrumentos será melhorar a qualidade do serviço prestado, bem como o ambiente de trabalho no dia a dia no posto, melhorando também a comodidade das pessoas que visitarem a base comunitária na busca ou prestação de informação.

Para o serviço de patrulhamento motorizado existe a promessa de mais uma viatura e duas motos, todos destinados ao serviço de policiamento comunitário. Com a chegada desses veículos nasce a necessidade de aumento de efetivo, que deverá passar de dois pra cinco homens por base, ficando dois PMs nas motos, dois na viatura e um PM na base. É importante registrar, também, que frequentemente há uma rotatividade dos policiais que atuam no policiamento em Neópolis, fazendo com que estes sejam transferidos para bases de outros bairros.

O policiamento realizado em Neópolis fica sob a responsabilidade da 1ª CIA do 5º BPM. É importante salientar que o trabalho desenvolvido pelo 5º BPM é, inteiramente, voltado para o policiamento comunitário, ficando as ocorrências de maior complexidade sob a responsabilidade do BPCHOQUE. Além do policiamento desenvolvido pela guarnição na viatura do bairro, Neópolis conta com o policiamento suplementar realizado pela Companhia Independente de Prevenção ao Uso de Drogas (CIPRED), que realiza o patrulhamento nas proximidades das escolas (Ronda Escolar), bem como o apoio da ROCAM.

A estratégia de policiamento ostensivo desenvolvida pelo 5º BPM tem se focado na fixação de pontos-bases mais efetivos em horários estratégicos na área – horários de começo e término de aulas nas escolas, trabalho, faculdade, proporcionando uma maior visibilidade da polícia pela comunidade e uma maior sensação de segurança.

Estratégias como essa, segundo o capitão Tibério, tem feito com que o bairro Neópolis tenha índices de criminalidade controláveis e um aumento da credibilidade da Polícia Militar junto à comunidade. Para viabilizar a interação com a comunidade, o comando do 5º BPM realiza reuniões mensais com as lideranças comunitárias do bairro para discutir os problemas com a segurança no bairro e ouvir as reivindicações da população sobre o trabalho da PM.

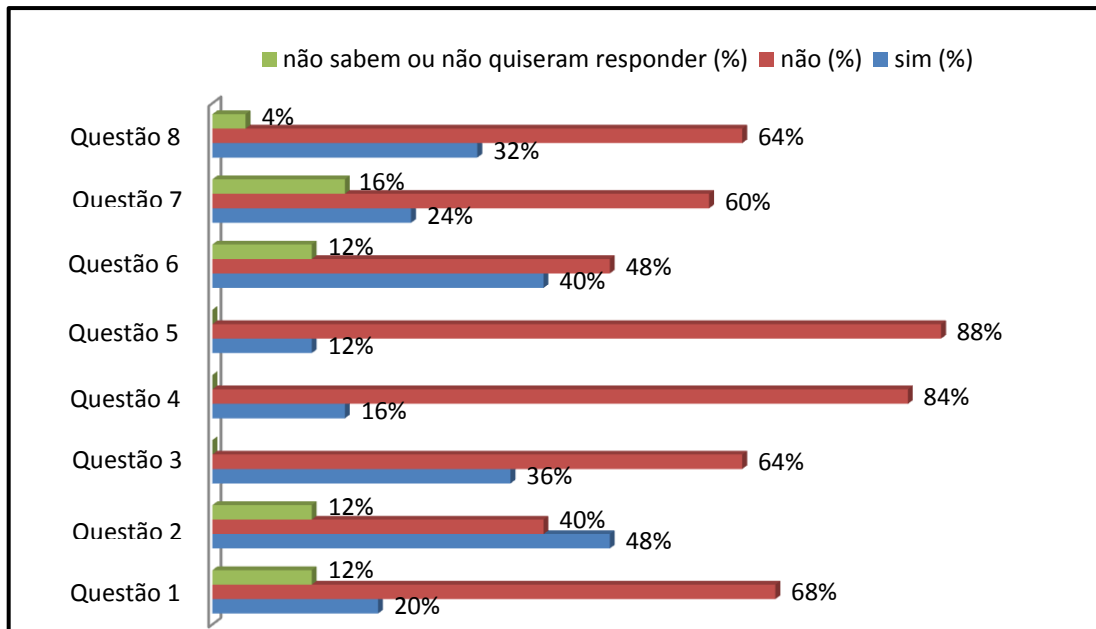
É com as informações colhidas nessas reuniões e com o estudo do geoprocessamento e da mancha criminal fornecida pelo CIOSP, que se dá a aplicação e distribuição do policiamento. A instituição também aproveita essas reuniões para orientar a população do bairro a adotar certos procedimentos que previnam e diminuam as chances de alguém se tornar vítima de algum delito. Existe uma provocação por parte da Polícia Militar junto a órgãos de limpeza urbana, iluminação pública, órgãos que trabalham com a ressocialização de menores, sindicato dos taxistas, Guarda Municipal e Polícia Civil para que, também, participem das reuniões a fim de unir esforços para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, embora nem sempre a participação aconteça.

### 3.3 RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida teve como base a aplicação de questionários distintos, tanto à população quanto aos policiais que trabalham no policiamento comunitário do bairro Neópolis. Para aplicar os questionários à população utilizamos de uma amostra de 25 (vinte e cinco) pessoas, entre moradores e comerciantes que residem ou trabalham nas proximidades da base comunitária, totalizando assim aproximadamente 10% das pessoas que vivem ou trabalham nessa área. Para os policiais foram aplicados 14 questionários. (Ver apêndice A)

O questionário aplicado à comunidade era composto por oito perguntas objetivas, tendo o cidadão que escolher entre duas alternativas: sim ou não (ver apêndice B). Além dessas questões objetivas, havia também uma última pergunta, subjetiva, para que a pessoa que estava participando da pesquisa pudesse acrescentar alguma sugestão para a melhoria do policiamento comunitário em seu bairro.

O resultado da aplicação deste questionário pode ser constatado no gráfico a seguir:



Fonte: Questionário aplicado em setembro de 2010

**Gráfico 1: Questionário aplicado à população de Neópolis**

Pelos números apresentados no Gráfico 1 percebemos que mais da metade da população pesquisada em Neópolis não considera o trabalho desenvolvido pela Polícia Militar no bairro como sendo um trabalho conjunto, ou seja, que não há uma interação entre a Polícia e comunidade para a resolução dos problemas relacionados à segurança pública. Vemos que a grande maioria das pessoas (88%) não conhece os policiais que trabalham no policiamento do bairro, como também não participam das reuniões ou eventos promovidos pela Polícia Comunitária do bairro.

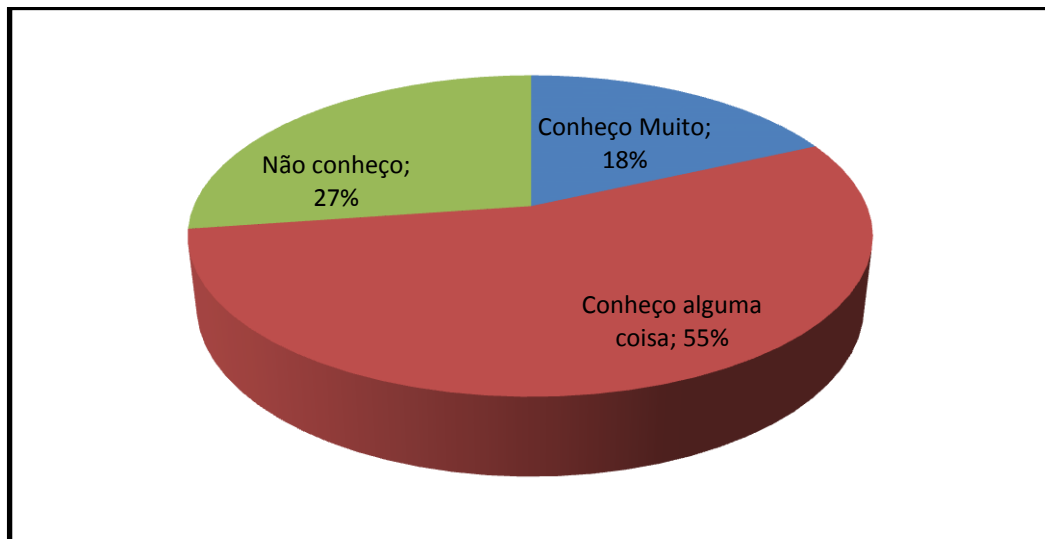
Apesar do distanciamento da polícia, quase metade das pessoas pesquisadas não considera violento o bairro onde mora. Isso ocorre porque não é grande a incidência de crimes considerados graves ou que causem grande impacto na sociedade, como homicídios, estupros e latrocínios, causando assim, uma falsa sensação de segurança, já que durante a pesquisa muitas pessoas afirmaram que já haviam sido assaltadas ou tinham sido vítimas de algum delito no bairro.

A maioria dos moradores sugeriu que os policiais se aproximassem mais da comunidade, outros sugeriram que fosse implantado, também, o policiamento a pé, com cães e ou com motocicletas. Houve, ainda, a solicitação de aumento de efetivo e que a base

comunitária ficasse sempre de portas abertas. De maneira geral, a população quer uma polícia mais envolvida com a comunidade e proativa na resolução dos problemas de segurança pública existentes no bairro.

Com relação à pesquisa realizada com os policiais que trabalham no policiamento comunitário em Neópolis obtivemos os seguintes resultados. Dos 11 (onze) policiais que responderam o questionário apenas dois haviam feito ou estavam fazendo algum curso de Polícia Comunitária; um total de 45% dos policiais têm mais de dez anos de serviço na Polícia Militar e, no tocante ao tempo que os PMs da base comunitária de Neópolis trabalham com o policiamento comunitário, podemos ver que 37% trabalham há menos de dois anos, 27% trabalham de dois a cinco anos e 36% trabalham de cinco a dez anos.

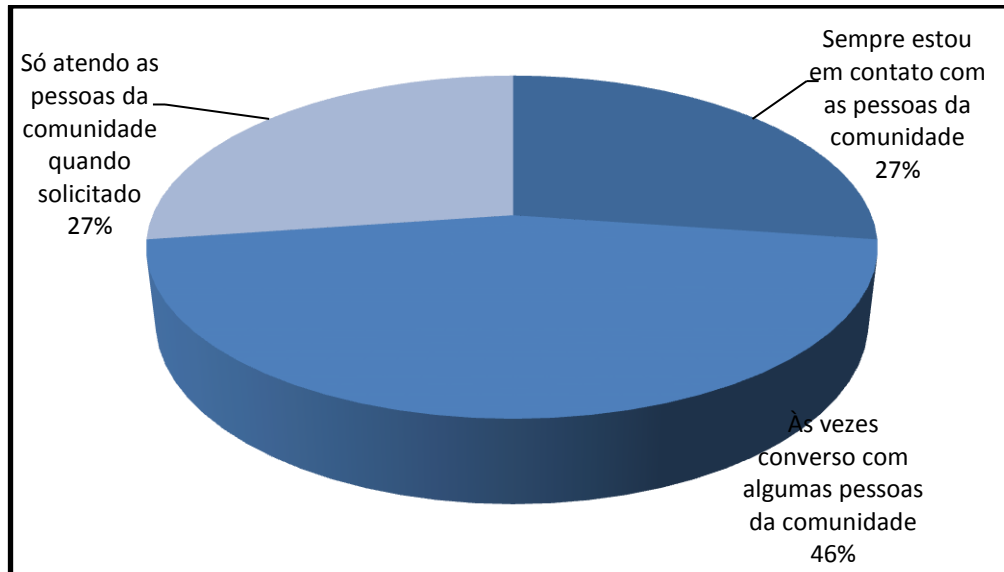
Perguntamos em que medida os policiais conheciam e se relacionavam com a comunidade. Temos os resultados nos gráficos a seguir:



Fonte: pesquisa realizada em setembro de 2010

### **Gráfico 2: Em que medida você conhece a comunidade em que trabalha?**

Vendo os dados do gráfico acima, notamos que ainda há certa distância a ser vencida quando o assunto é interação e relacionamento entre policiais e moradores. Vemos que apenas 18% afirmam que conhecem bem a comunidade em que trabalham, enquanto a maioria (55%) afirma que conhece apenas alguma coisa o que com certeza não é o bastante para que se tenham resultados satisfatórios na resolução dos problemas relacionados à segurança pública no bairro.



Fonte: Questionário aplicado em setembro de 2010

**Gráfico 3: Em que medida você se relaciona com a comunidade?**

Pela análise do Gráfico 3 vemos que não há um grande interação dos policiais militares e a comunidade, havendo por parte daqueles uma certa passividade quanto à atuação no policiamento no bairro, deixando que as pessoas primeiramente os procurem em vez de terem um comportamento proativo e de preocupação com os problemas do bairro.

Com relação à eficácia do policiamento comunitário do bairro, os policiais, em sua maioria, analisam positivamente o trabalho desempenhado por eles, embora alguns ainda achem que o contato e o relacionamento com a comunidade necessitem ficar mais estreitos para que se atinja um nível ideal de satisfação com o serviço prestado.

Algumas dificuldades ainda foram apontadas pelos policiais militares de Neópolis: a falta de mais policiais e de mais uma viatura ou de motos, para auxiliarem no policiamento da área, faz com que os dois homens que trabalham na base fiquem inertes, sem poderem sair para atender alguma ocorrência. Outro problema relatado pelos policiais foi em relação às condições precárias de serviço para quem está na base comunitária; dificuldades tanto nas instalações físicas quanto na alimentação servida aos PMs.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvida que o modelo de Polícia Comunitária é a solução mais esperada pela população para lidar com os problemas da comunidade. Deve-se saber que Polícia

Comunitária não é obra ou trabalho apenas de polícia. As demais organizações, sejam elas públicas ou privadas, devem participar de todo o processo.

Muito tem sido feito em relação ao aparelhamento e estruturação da organização policial para se chegar a esse fim, do mesmo modo como têm sido promovidos inúmeros cursos que visem educar o policial para desempenhar o policiamento comunitário. Mas isso não tem sido o bastante; é preciso uma política de Estado forte e coesa, que garanta a sustentação do programa e sua crescente efetivação.

Um dos problemas reside, justamente, na descentralização do policiamento. A entrevista com o Cmt da 1ª Cia do 5º BPM e com os policiais revelou essa deficiência no bairro Neópolis. Os policiais ficam todo o dia na base comunitária, saindo, raramente, para desempenhar o patrulhamento a pé. Foi-lhes aconselhado a não conversar com comerciantes para que não se envolvam com corrupção. As reuniões com o Conselho Comunitário também ficam restritas ao Comando do Batalhão.

Tais medidas acabam por causar um efeito contrário ao esperado pelo policiamento comunitário, que é o de integrar o policial à comunidade. A descentralização é responsável por fazer com que os policiais possam interagir mais eficientemente com a população.

MONJARDET (2003, p. 267) cita três fontes de poder que dão origem a três princípios que norteiam as ações da polícia:

(...) a ordem do príncipe; as chamadas, demandas, queixas do público; e a iniciativa dos policiais. A essas três fontes 'empíricas' correspondem três princípios de ação, denominando desse modo a adição de um ator e de suas prioridades, ou lógica de ação: a autoridade do poder, a demanda social, o interesse profissional. (...)

O autor explica que tais fontes e princípios sempre estão em conflito. Ou se prioriza as ações advindas do poder da autoridade, ou se prioriza o interesse profissional, ou ainda o interesse público. É certo que o programa de Polícia Comunitária nasceu para dar privilégios ao público na construção da segurança pública, priorizando seu interesse.

Mas, para que isso seja possível é necessário esforço conjunto entre os três atores: a autoridade governamental, a polícia, o público. Ao governo cabe o investimento em recursos materiais, tecnológicos e humanos que possibilitem o aparelhamento da Polícia Comunitária, o que já ocorre em parte, através dos programas governamentais de capacitação de profissionais e estruturação das bases comunitárias de segurança.

Ao público cabe participar e colaborar com os organismos do Estado na preservação da segurança pública, através do fornecimento de informações e do apoio necessário à polícia para execução do serviço. A comunidade precisa fazer parte de todo o processo, contribuindo com a prevenção do crime. Ela já tem feito a sua parte, seja através da construção de bases comunitárias, seja através da participação nas reuniões.

E, finalmente, cabe à polícia gerenciar todo o processo, obedecendo à doutrina de Polícia Comunitária e atuando, ativamente, na construção de uma sociedade proativa e participativa. A polícia já conta com a ajuda governamental e com a ajuda da população, falta, porém, fazer a sua parte. Obedecer a doutrina requer abandonar velhos hábitos tradicionais de lidar com segurança pública. A descentralização parece ser o mais importante deles, bem como deve a polícia encarar o policiamento de maneira mais preventiva do que repressiva. Tais medidas completariam o ciclo de ações em prol da Polícia Comunitária e, consequentemente, em prol de uma melhoria na qualidade do serviço prestado para e com a população.

## REFERÊNCIAS

BONDARUK, Roberson Luiz e SOUZA, César Alberto. **Polícia Comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão**. Curitiba: Comunicare, 2004. 167 p.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 03 set. 2010.

DEMO, Pedro. **Participação É Conquista: noções de política social participativa**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1993. 176 p.

**Governador em exercício inaugura Base Comunitária de Polícia de Bairro de Gramoré nesta sexta-feira.** *On line*. Disponível em: <<http://www.agencia.rn.rn.gov.br/noticias/governador-em-exercicio-inaugura-base-comunitaria-de-policia-de-bairro-de-gramore-nesta-sexta-feira/5940/>>. Acesso em 06/10/2010.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (NEV/USP). **Manual De Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança – Dados eletrônicos**. São Paulo: USP, 2009. 104 p.

MONJARDET, Dominique. **O Que Faz A Polícia: Sociologia da Força Pública**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Polícia e Sociedade, nº 10). 328 p.

SILVA, João Batista da. **Polícia Militar E O Policiamento Comunitário: uma etnografia do 9º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 2005. 68 p.



## APÊNDICE A

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DO ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE ENSINO  
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
“CEL MILTON FREIRE DE ANDRADE”  
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS**

### QUESTIONÁRIO

A entrevista a seguir tem por objetivo avaliar a atuação da Polícia Comunitária no bairro de Neópolis, bem como sua implantação na comunidade, desenvolvimento e perspectivas. A entrevista faz parte do trabalho de conclusão do Curso de Formação de Oficiais (CFO), de autoria dos Alunos Oficiais Denis de Azevedo Quirino e Tiago Augusto de Castro Fernandes Pereira. Agradecidos por vossa atenção.

- 1) O senhor, como policial militar, está fazendo ou fez algum curso de Polícia Comunitária?  
( ) SIM. ( ) NÃO.

Se a resposta for SIM, responda qual curso, onde foi realizado e durante quanto tempo.

---

---

---

---

- 2) Que grau de avaliação o senhor dá ao conteúdo do curso.  
( ) Ótimo. ( ) Bom. ( ) Regular. ( ) Insuficiente.
- 3) Há quanto tempo o senhor está na polícia militar?  
( ) Menos de 2 anos. ( ) De 2 a 5 anos. ( ) De 5 a 10 anos. ( ) Mais de 10 anos.
- 4) Há quanto tempo o senhor trabalha no policiamento comunitário?  
( ) Menos de 2 anos. ( ) De 2 a 5 anos. ( ) De 5 a 10 anos.
- 5) Em que medida o senhor conhece a comunidade em que trabalha?  
( ) Conheço muito. ( ) Conheço alguma coisa. ( ) Não conheço.
- 6) Em que medida o senhor se relaciona com a comunidade?  
( ) Sempre estou em contato com as pessoas da comunidade.  
( ) Às vezes converso com algumas pessoas da comunidade.  
( ) Só atendo as pessoas da comunidade quando solicitado.
- 7) Em que medida a comunidade se relaciona com a polícia?

- ( ) Sempre está em contato com a polícia, mesmo para assuntos não relativos à segurança pública.
- ( ) Às vezes entra em contato com a polícia, mas só para assuntos relativos à segurança pública
- ( ) Nunca entra em contato com a polícia.

8) O Sr. acha eficaz a filosofia de Polícia Comunitária que é aplicada no seu local de trabalho.

---

---

---

---

9) Quais as principais dificuldades o Sr. vê na política de Polícia Comunitária em seu local de trabalho?

---

---

---

---

10) Como é o seu dia de serviço como policial comunitário?

---

---

---

---

11) Algo mais a acrescentar?

---

---

---

---

Obrigado pela colaboração.

## APÊNDICE B



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
E DA DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE ENSINO  
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
CEL MILTON FREIRE DE ANDRADE



### QUESTIONÁRIO

O questionário a seguir tem por objetivo avaliar a atuação da Polícia Comunitária no bairro de Neópolis, bem como sua implantação na comunidade, desenvolvimento e perspectivas. A entrevista faz parte do trabalho de conclusão do Curso de Formação de Oficiais (CFO), de autoria dos Alunos Oficiais Denis de Azevedo Quirino e Tiago Augusto de Castro Fernandes Pereira. Agradecidos por vossa atenção.

#### Responda Sim ou Não.

PERGUNTAS	SIM	NÃO
1) A Polícia Militar de seu bairro tem trabalhado em conjunto com a comunidade?		
2) Você considera seu bairro violento?		
3) Há reuniões comunitárias entre os moradores ou representantes dos moradores e as autoridades policiais em sua comunidade?		
4) Você participa de reuniões ou eventos da polícia comunitária?		
5) Você conhece os policiais de seu bairro (sabe nome, conversa com eles)?		
6) Quando você vê ou sabe de uma situação que envolve a atuação policial liga para o número de emergência ou vai ao encontro dos policiais para comunicar o fato?		
7) A polícia tem contribuído para resolver os problemas sociais da sua comunidade?		
8) Os policiais têm se relacionado com a comunidade de forma harmoniosa e homogênea (trata todos por igual)?		

9) Qual sua sugestão para o trabalho de Polícia Comunitária em seu bairro?

---

---

---

---

---

Obrigado.